Resolução nº 005 193

"Dispõe sobre autonomia administrativa, regulamenta o repasse a Câmara Municipal dos Recursos Previstos no Orçamento anual, destinados ao Poder Legislativo, e dá outras providências"

O povo de Crapará M.G., pelos seus representantes aprovou e eu Presidente da Câmara Municipal, promulgo a seguinte.

Resolução

Art. 1º. Os recursos previstos no orçamento anual, destinados a fazer face as despesas do Poder Legislativo, serão repassados a Câmara Municipal em parcelas mensais ou quando requisitados, obedecendo os

seguintes liberias:

I. Até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo, inclusive os créditos suplementares e especiais;

II - dentro de 10 (dez) dias de sua requisição as quantias que devam ser despendidas de uma só vez.

Art 2º. Cada repasse dos recursos financeiros será requisitado ao chefe do poder executivo, pelo Presidente da Câmara, mediante ofício.

Parágrafo único - No ofício de que trata o presente artigo, constará a relação das dotações orçamentárias que serão movimentadas, ao regular funcionamento do Poder Legislativo.

Art 3º. - De posse do ofício aludido no artigo anterior, o Prefeito determinará ao Orgão competente do Poder Executivo, a entrega ao Presidente da Câmara do numerário requisitado.

§ 1º Imediatamente o Presidente da Câmara, determinará ao secretário da Câmara a efetivação do depósito a ser efetuado em instituição financeira oficial existente no Município em conta

intitulada "Câmara Municipal de Araporã"

§2º A conta da Câmara junto dos estabelecimentos, será movimentada pelo Presidente e 1º secretário, e na falta ou impedimento deste, será sucessivamente substituído pelo Vice-Presidente e 2º secretário.

Art 4º - A contabilidade das despesas pagas e do numerário recebido será feita pelo setor de contabilidade e Orçamento da própria Câmara.

Art 5º - O saldo de cada repasse permanecerá na conta da Câmara Municipal e será destinada ao pagamento de despesas relativas ao mês em curso, não sendo admitida a utilização de numerário depois do encerramento do Exercício Financeiro.

§1º - No final de cada Exercício Financeiro, será devolvido a tesouraria da prefitura todo o saldo de caixa existente na Câmara.

§2º Após pagar as despesas mensais do legislativo, havendo saldo remanescente a Câmara Municipal devolverá aos cofres do município, ficando o estritamente necessário para as suas despesas, tendo em vista a impossibilidade de fazer apli-

cação financeira

Art 6º É vedado o pagamento de despesas não prevista no Plano de Aplicação constante da requisição de que trata o parágrafo único do Art 2º desta resolução ou que ultrapasse a quantia requisitada.

Art 7º O Presidente da Câmara encaminhará a prestação de contas do mês anterior até o dia 20 (vinte) de cada mês, para ser incorporada à contabilidade da Prefeitura.

Art 8º As propostas orçamentárias do Poder Legislativo a serem incorporadas na Proposta Orçamentária do Município serão enviadas ao executivo até 30 (trinta) dias antes da apresentação a Câmara do Projeto de Lei, contendo o Orçamento do Município, para o exercício financeiro subsequente.

Art 9º Esta resolução entra em vigor a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 1994, devendo ser publicada em inteiro teor e remetida cópia ao Tribunal de contas do Estado de Minas Gerais.

Art 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Araporã - M.G, 08 de outubro de 1993

Idinêz Cintônio Tizzo (Presidente)

Paulo Roberto Caixeta (Vice-Presidente)

Giderni Nunes da Costa (2º Secretário)